

# **Aspectos da construção histórica do Movimento de Mulheres Camponesas e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em Santa Catarina**

*Elison Antonio Paim\**, *Sirlei Antoninha Kroth Gasaretto\*\**

## **Introdução**

A organização do acervo documental relativo ao Movimento das Mulheres Camponesas e do Movimento dos Sem Terras disponível no CEOM e na sede dos dois movimentos em Chapecó apresenta aspectos do processo histórico de formação destes atores sociais. Através da organização documental, procuramos evidenciar sua fundação e constituição, as quais poderão ser lidas de forma cronológica, explicitando como se dá o processo de mobilizações e lutas.

As produções teóricas relativas à existência de tais movimentos sociais, os subsídios temáticos no campo dos movimentos sociais constituem-se como um amplo acervo documental que poderá responder à futuras pesquisas.

Os movimentos sociais ligados ao campo, mais especificamente o MST, estabeleceram uma leitura histórica na forma de como foi sendo tratada a terra na perspectiva do modelo de sociedade moderna capitalista, principalmente no que diz respeito à concentração de terras, exploração e espoliação do homem do campo, provocando êxodo rural, aumento de favelas, desemprego, miséria. Esse processo de exclusão e de espoliação do ser humano do campo foi obrigando a busca de alternativas que levaram camponeses (as) à constituição de seus movimentos.

A Lei de Terras de 1850, ao estabelecer a compra e venda como forma padrão de aquisição da propriedade fundiária, limitando

fortemente o usucapião, perpetuou a estrutura agrária desigual herdada dos tempos coloniais. É deste marco legislativo que se valem alguns historiadores ligados aos estudos agrários para dividir a história dos conflitos agrários no Brasil em duas fases distintas:

A primeira fase, que iria de 1850 até 1940, é classificada como "messiânica", pois estas lutas estavam associadas à presença de líderes religiosos de origem popular, que pregavam ideologias de cunho milenarista ligados ao catolicismo popular, inclusive, com elementos sebastianistas, isto é, associados à mitologia relativa ao retorno de Dom Sebastião, rei de Portugal. Neste período, um dos mais importantes movimentos foi o que se chamou de Canudos na Bahia de 1870 até 1897 e que teve como líder Antônio Conselheiro.

Outro movimento desta fase é o Contestado, muito próximo à realidade do oeste catarinense, que se desenvolveu de 1912 até 1916 em Santa Catarina, liderado pelo monge José Maria.

Em se tratando de outras regiões do Brasil, podemos lembrar o movimento liderado por Lampião no nordeste brasileiro, no período de 1917 até 1938. Lampião, símbolo da exclusão dos pequenos agricultores, foi encurralado pelas estruturas de poder político regional dominadas pelo latifúndio.

A segunda fase da luta pela terra no Brasil é definida como "lutas radicais localizadas" e que se desenvolvem de 1940 até 1955. Nesta fase, ocorreram diversos conflitos violentos por terras e, revoltas populares, em diversos lugares do Brasil. Estas lutas não eram mais de cunho messiânico e, sim, com demandas sociais e políticas claramente definidas como tais.

Estas lutas, embora localizadas, tiveram a adesão de milhares de pessoas, e em alguns lugares, como no Maranhão e no Paraná, adquiriram tal magnitude que os camponeses (as) tomaram cidades e organizaram governos paralelos.

Com o golpe militar de 1964, a luta pela terra foi violentamente reprimida, sob pretexto da ameaça comunista. Com isto, o movimento pela reforma agrária não pôde atuar e a maioria de seus líderes foram presos ou mortos. Isso também aconteceu com os

demais movimentos sociais existentes, gerando na população um clima de medo e insegurança.

Neste período, as ONGs – Organizações Não Governamentais, surgiram com força e, de certa forma, cumpriram com o caráter das demandas populares e coletivas, o que mais tarde motivou a autonomia dos movimentos sociais. Particularmente os Movimentos Sociais do campo, no sul do Brasil, buscam suas referências neste processo histórico de organização e luta popular.

No final dos anos 1970 e início dos 1980, principalmente no oeste catarinense, os efeitos da modernização da agricultura, através da Revolução Verde, desestruturaram a dinâmica da produção agrícola familiar. De acordo com Mussoi (1993), em Santa Catarina, a população rural era 50% da população total em 1960, diminuindo para 42,94 % em 1970, 38,50 em 1982 e 33% em 1990). O Oeste catarinense, de acordo com dados do (IBGE, 2001), no período compreendido entre 1991 e 2000, 102 mil pessoas migraram do campo para a cidade.

Agravaram-se as condições de vida no campo, levando os agricultores e agricultoras a um processo de mobilização popular que se caracterizou pela combatividade, nível de organização social e capacidade de extrapolar as lutas e limites locais. Identificando-se como movimentos sociais que visam à emancipação humana e a transformação social, Parafraseando Habermas, constituem-se como *lumes indicadores de que as mudanças são possíveis*.

Neste contexto, originaram-se, nesta região, quatro grandes movimentos sociais: O Movimento Sindical, O Movimento de Atingidos por Barragens, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Movimento de Mulheres Agricultoras, hoje MMC. O trabalho realizado pelo CEOM, trata apenas do MST e MMC.

Em se tratando do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra e Movimento de Mulheres Camponesas, vamos perceber que o processo de organização, formação e lutas de massa/classe são elementos constitutivos comuns destes sujeitos em suas ações cotidianas, que vão marcando suas semelhanças e diferenças podendo ser visualizados nos materiais de arquivos.

Para Grzybowski (1987), o sentido político da luta dos sem terra não decorre das relações mais imediatas que eles mantêm, mas do fato de explicitarem abertamente sua situação comum de excluídos, devido à estrutura agrária vigente, e de exigirem do Estado medidas que lhes garantam o acesso à propriedade da terra e sua reintegração econômica e social como pequenos proprietários.

Conforme Wagner (1989), relacionando-se o MST aos movimentos de épocas anteriores, como é o caso do MASTER, a principal mudança traduzida na prática deste novo ator social é o caráter da participação direta dos trabalhadores e trabalhadoras, assim:

Diferentemente do que nos tempos do MASTER, onde os destaques eram os heróis da luta pela terra, os chamados tempos heróicos, agora o que vale é a organização do grupo como forma de organização política ( p.85).

O Movimento de Mulheres é caracterizado por sua luta contra a dominação, pela igualdade e pela transformação social. Poli (1995) ressalta como questão de fundo do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) a luta contra a dominação, enquanto membros da classes subalternas e como mulher, submissa no interior da unidade familiar de produção.

Para Casagrande (1991), é esse contexto de exploração e dominação, como agricultora e como mulher que forja a emergência deste coletivo com identidade própria.

Partimos da idéia de que a década de 1980 do século XX, representou um período importante no tocante à emergência de “novos atores sociais no Brasil” (SADER, 1988), mais especificamente no contexto das lutas camponesas e agrárias. Os principais fatores que contribuíram para um cenário tão promissor foram o período de democratização, pós-ditadura, a imposição de políticas do capitalismo moderno implantado através do pacote da revolução

verde e, conseqüentemente o, êxodo rural que motivou trabalhadores sem terra e mulheres agricultoras a se organizarem de forma coletiva, em vista de enfrentar os desafios postos pela conjuntura daquele momento.

Na região oeste de Santa Catarina, o posicionamento assumido pela Igreja Católica que propunha uma orientação pastoral baseada na Teologia da Libertação, motivando as pessoas e comunidades cristãs para uma ação qualificada na luta pelos direitos, também contribuiu e foi decisivo para a organização dos novos atores sociais.

Este texto tem por finalidade indicar, de forma organizada, o acervo desses dois movimentos sociais, auxiliando e possibilitando aos pesquisadores (as) a recuperação de elementos da ação formativa, do processo organizacional desses movimentos, bem como do contexto de seu surgimento, que encontra, na conjuntura daquele momento, inúmeras problemáticas assumidas pelos movimentos sociais, já que se trata de sujeitos autônomos e classista.

## **De Movimento de Mulheres Agricultoras a Movimento de Mulheres Camponesas**

Nascido na década de 1980, o MMC/SC propõe a libertação da mulher, o fim da opressão e da exploração e a transformação da sociedade. Motivado pela bandeira do Reconhecimento e Valorização das Trabalhadoras Rurais, desencadeou lutas como: a libertação da mulher, sindicalização, documentação, direitos previdenciários (salário maternidade, aposentadoria,...), participação política, entre outras. Entretanto, na década de 1990, experimentou dificuldades na participação das lutas, advindas das mudanças na economia, na política e na disputa das idéias que ora acontecia no mundo. Foi nesta conjuntura que cresceu a consciência de que o fortalecimento do movimento passava também pela necessidade e valorização das jovens camponesas. Entretanto, o processo de constituição deste Movimento de Mulheres Camponesas, em suas diferentes práticas sociais, pode ser visualizado

a partir de alguns elementos que o próprio movimento registrou cronologicamente.

Em 01/05/1983, no então Distrito de Chapecó, Nova Itaberaba, as mulheres agricultoras realizaram sua primeira reunião específica, para pensar sobre os Problemas Encontrados no seu cotidiano, sendo destacados: Discriminação; igualdade entre homens e mulheres; necessidade de organização sinalizando para a realização de um Segundo Encontro para aprofundar "*Quais as causas desta situação?*"

Nesse encontro assumiram como Compromisso: o encontro com outras mulheres; escolher uma Comissão de organização; definiram como suas principais Bandeiras de Luta a aposentadoria, a sindicalização, o atendimento médico hospitalar e o reconhecimento da profissão de agricultoras.



Primeira reunião do MMA/SC

O conteúdo central relativo ao ano de 1983, especificado e debatido na primeira reunião das agricultoras, a busca de unidade e de juntar mais mulheres para somar força nas suas lutas, resultou no lema amplamente divulgado no Encontro Regional realizado em 08/03/1984 "*Mulheres unidas, jamais serão vencidas.*"

O Encontro Regional contou com a presença de mais de 500 mulheres, procedentes de 8 municípios da região oeste de Santa Catarina e teve como preocupação central a construção de um espaço próprio de mulheres agricultoras que estão dispostas a lutar para mudar a própria realidade vivida. De acordo com relatos do evento, as mulheres afirmam: Nossa organização "não é ser contra os homens". Fica explícito a objetividade em construir um movimento de mulheres que querem lutar.



Uma das primeiras reuniões do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina.

No ano de 1984, as mulheres conquistam uma sala própria anexa a catedral Santo Antônio de Chapecó, possibilitando a realização de suas reuniões e debates organizativos.

A visibilidade das mulheres agricultoras cresceu. Os Meios de Comunicação Social, que até então apresentavam uma imagem da mulher como "colona", passaram a publicar notícias referentes à nova organização de caráter popular, camponês e feminista.

À medida que as agricultoras foram pensando a sua problemática, sentiam a necessidade de uma articulação maior.

Em 1985, se realizou o 2º Encontro Regional contando com mulheres agricultoras de 15 municípios representando os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Neste evento, as mulheres decidiram Participar: do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Lutar por uma Constituinte que garantisse o direito a Previdência Social para agricultoras, que assegurasse preços Justos aos produtos. A principal discussão deste Encontro girou em torno da unificação das lutas e necessidade de somar forças, pois neste momento fazia parte da pauta de reivindicações das mulheres, a aposentadoria aos 45 anos para mulheres. Foi deliberado neste ano a realização de um “Abaixo Assinado” das mulheres requisitando o Direito à aposentadoria, que depois de coletadas as assinaturas foram entregues ao Governo Federal em Brasília.



Reunião de planejamento do MMA/SC

Em meio às suas lutas, as agricultoras foram às ruas, proporcionando maior divulgação deste novo ator social emergente. Esta foi a marca de 1986. “As mulheres foram para as ruas em busca de direitos”.



O Dia Internacional da Mulher, 8 de março, foi gradativamente sendo caracterizado, pelas agricultoras, como sendo um *dia de luta e de resistência*. Neste ano de 1986, o Dia Internacional da Mulher foi marcado pelo Movimento de Mulheres Agricultoras na luta contra a dominação e exploração da mulher e pela autonomia do MMA - Movimento das Mulheres Agricultoras.

Aconteceram Encontros de Mulheres Agricultoras em 25 municípios do Estado de Santa Catarina.

As mulheres sem terra conquistaram o título de posse em projeto de assentamentos.

Neste ano eleitoral, as mulheres debateram sobre a importância da participação política da mulher na sociedade, inclusive nos espaços institucionais. As agricultoras se organizaram e apoiaram abertamente a candidatura de Luci Choinaschi, uma das co-fundadoras deste movimento, que foi eleita Deputada Estadual. A primeira mulher camponesa a ocupar cargo na Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Aconteceu a Primeira Assembléia Interestadual que contou com a presença de 85 mulheres dos estados de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O principal tema de debate foi a necessidade do reconhecimento da profissão de trabalhadora rural. As mulheres elaboraram um documento básico que referendava a luta pelo reconhecimento da profissão.

Em 12/08/1986, na cidade de Xanxerê – SC, aconteceu uma grande concentração contando com a presença e participação de 1.500 mulheres oriundas de 73 municípios. Recolheram as 100.000 assinaturas referente aos direitos da aposentadoria, e uma comissão representativa de 36 mulheres foi a Brasília entregar ao Governo. Os Encontros, reuniões e atividades realizadas pelo movimento nos municípios reafirmaram o trabalho de base, garantindo grande expressão na concentração massiva de mulheres, conforme podemos encontrar registros nos cadernos do MMA.



Reunião de agricultoras, Abelardo Luz. 11/03/1986

Nos diversos municípios da região oeste de Santa Catarina, as mulheres realizaram seus encontros municipais em preparação ao III Encontro Estadual das mulheres agricultoras de Santa Catarina.



Mobilização em Xanxerê - SC, 1986

Em 1987, a forte expressão residiu na tentativa e esforço de construir a "*Luta Conjunta*". O MMA realizou a 2ª Assembléia que debateu sobre a sindicalização da mulher bem como a organicidade interna como movimento. As mulheres assumiram a participação nas greves, fechamento de bancos e rodovias.

Foram elaborados panfletos, recuperando a memória das lutas e apresentando as conquistas do MMA.



As mulheres participaram de greves junto com outros movimentos

No ano de 1988, o Movimento de Mulheres Agricultoras realizou sua 3ª Assembléia que trabalhou o lema: "*Semeando Justiça, Brotando Liberdade*". As mulheres estudaram, debateram e reafirmaram a necessidade de construir um movimento específico com autonomia das agricultoras e caracterizado como um movimento de classe, visto que as agricultoras pertencem à classe trabalhadora. Realizaram lutas em defesa da saúde.

As mulheres passaram a intensificar a luta pelo bloco de produtora rural como necessidade para comprovação da profissão.

Com apenas cinco anos de lutas as mulheres culminam 1988 como sendo um *ano de conquistas*. Entre elas, podemos destacar: conquista do espaço público (o sair de casa); a participação na política institucional (eleição da primeira camponesa para a Assembléia Legislativa de Santa Catarina – Luci Schoinaschi- líder do movimento); participação ativa pela conquista de direitos na Constituição de 1988; direito de sindicalização foi estendido às mulheres.

Em 1989, o Dia Internacional da Mulher – oito de março, foi trabalhado e vivido através de uma grande Concentração de Mulheres, em Nova Itaberaba, berço do MMA/SC e culminou com o envio de agricultoras para Florianópolis, dando prosseguimento às lutas pela aposentadoria e outras.



08/03/1989 – Nova Itaberaba.

A Concentração de 800 mulheres em Florianópolis favoreceu às mulheres para, na Assembléia Legislativa, realizar audiência com o governo do Estado para tratar da aposentadoria. Ao mesmo tempo, fizeram a denúncia de assassinato de lideranças da classe trabalhadora. O ano de 1989 foi marcado por conflitos internos. O

grande questionamento consistia em: *qual é a razão de ser deste movimento autônomo?*

O ano de 1990 foi marcado pela realização da 4ª Assembléia Estadual, cujo lema foi: "*Mulheres organizadas jamais serão pisadas.*" Dois tipos de debates faziam parte da luta das mulheres neste ano: o aprofundamento sobre a temática das Relações Sociais de Gênero e Classe e as questões relativas à produção e reprodução. As mulheres organizam a formação e mobilização em Chapecó. Continuaram o debate da participação política da mulher na sociedade, visto ser um ano eleitoral, e desta vez elegeram Luci Schoinaschi como Deputada Federal.

Em 1991, foi o momento de reorganização e articulação das mulheres em todas as dimensões de seu movimento. O trabalho de base contemplou a necessidade de organizar finanças para continuidade das lutas. O MMA realizou a coleta do Kg. Fez e participou em celebrações comunitárias. Intensificou-se a formação de quadros. Foram realizados Seminários: "*Produção e reprodução*", bem como estudaram o Regimento e lei da previdência. Houve uma reorganização dos municípios e regionais e o processo de Avaliações.

Em 1992, as Assembléias municipais, regionais e estadual constituíram e reforçaram o processo formativo, de lutas e de organização deste movimento. O Dia Internacional da Mulher foi marcado como mais um dia de luta e resistência trabalhado na cidade de Xanxerê.



Xanxerê, luta pela saúde 08/09/1992



Concentração em Xanxerê, 1992. Momento do envio da Caravana de mulheres que partiram para Brasília na luta pelos direitos

As agricultoras realizaram Acampamento em Florianópolis. As lutas giraram em torno de Ocupação dos prédios do INSS nas

Regiões, pressionando para conquista de direitos. Foram realizados seminários, intensificado a formação das agricultoras com debate de gênero e classe, Mercosul ,entre outros. Em 1992, as mulheres registraram o recebimento das primeiras aposentadorias.

No ano de 1993, em comemoração dos 10 anos de luta e organização, o Movimento de Mulheres Agricultoras realizou um grande Mutirão com o lema: "*Da luta não fujo, na luta continuaremos*". São explicitadas como principais bandeiras de luta do MMA: o salário maternidade, a reforma agrária, a saúde da mulher, o fim da violência, o direito de participação política da mulher na sociedade.

As mulheres intensificaram o trabalho de divulgação e reorganização do MMA através de: trabalho inicial em 65 municípios; materiais informativos: fitas K7, camisetas, broches, cartazes, bandeiras; bandeiras de luta: salário maternidade, reforma agrária, e não à revisão constitucional

Conquista: aprovação do projeto na Câmara – luta conjunta com outros estados e entidades; formação: programação específica para mulheres, coletivo de formação, realização de cursos com metodologia participativa na perspectiva da educação popular; O Papel da mulher na produção e política de alianças; projeto político na ótica de gênero

Neste ano de 1994, o movimento realizou concentrações regionais de mulheres agricultoras assumindo a discussão política em relação às eleições; aprofundou o debate em torno da importância de uma assessoria incorporada à luta do movimento; realizou a jornada de lutas em Florianópolis, reivindicando: salário maternidade, crédito e investimento para agricultura, fim da violência contra mulheres. Organizou o debate fazendo a reflexão em torno da realidade favela x roça; desenvolveu pesquisa participante em conjunto com o DESER – Departamento de Estudos Sindicais dos Trabalhadores Rurais em 12 municípios com mais de 700 mulheres - trabalhadoras rurais entrevistadas; em todo trabalho realizado esteve presente a utopia trabalhada pelas camponesas, "*Nova sociedade, novas relações, nova humanidade*".

Em 1994, o lema assumido em 1993 em memória de Margarida Alves – líder assassinada: “*Da luta Não Fujo*”, teve continuidade no qual acrescentaram “*Na luta continuaremos*”. Este ano foi marcado pela inserção e envolvimento das mulheres nas lutas gerais da Classe Trabalhadora através do “*Grito da Terra*”. Intensificou-se a Luta pelo salário maternidade. O movimento deu continuidade à prática de reunir massivamente as agricultoras através do Congresso que culminou com uma concentração que reuniu mais de 10 mil pessoas, contando com a presença de lideranças nacionais e internacionais, como Rigoberta Mentchú – guatemalteca, prêmio Nobel da Paz , Lula, Frei Beto, Marta Hernaech, D. José Gomes, entre outros.

Uma representação do MMA – SC participou no I CLOC - Congresso Latino Americano de Organização do Campo.

Em 1995, com o lema: “*Organizar – libertar – construir – na luta sempre mulher*”, o MMA, através de uma peça de teatro, cujo conteúdo encontra-se no livro guia dos direitos da mulher. O teatro foi organizado pelas próprias mulheres, ensaiado e apresentado pelos filhos e filhas de agricultoras. Neste ano, em homenagem à luta pelos direitos humanos, o MMA fez o Lançamento do Livro *Guia dos direitos da mulher*.

As mulheres continuaram participando do grito da terra e investiram na organização, formação e lutas.

Neste mesmo ano, além da ida a Brasília para pressionar o Governo na luta pelos Direitos, foi realizado o 2º Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, fortalecendo a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR – composta por mulheres camponesas dos movimentos mistos e autônomos.

Deram continuidade ao mutirão de organização e preparação das assembléias municipais e regionais, estudando e debatendo questões relativas à redefinição das linhas políticas do MMA.

Em 1996, o MMA realizou a 6ª Assembléia estadual que teve como lema: “*Mulher construindo cidadania*”. Em abril de 1996, se dá a jornada de lutas pela Saúde.





Jornada de lutas. Florianópolis, abril/1996

As agricultoras participaram da marcha pela reforma agrária. Aconteceu a Iª Caravana MMA – SC. Diante dos novos problemas enfrentados na agricultura, a luta pelo Crédito de emergência faz parte da agenda do movimento. Foi o ano em que, buscando trabalhar elementos da cultura e dos valores no movimento, acontecem os Festivais da Canção.

O MMA assumiu sua participação efetiva na Romaria contra violência no campo e pela reforma agrária. Intensificou o trabalho de organização, fortalecendo os grupos de base. Neste ano aconteceu a derrubada do projeto previdência social do governo, o qual pretendia retirar direitos trabalhistas.

Em 1997, com o lema “*Mulher construindo cidadania*”, o dia 12/8 foi marcado pela II Caravana do MMA no estado de Santa Catarina, culminando com uma grande concentração de mulheres em São Miguel d’Oeste. Foi realizado o II Festival da Canção estadual. Teve início o trabalho de formação estruturado em cinco etapas com grupos de produção. Iniciou o debate em torno do direito à escolarização com as 1ª Discussões do curso de Ensino Fundamental e de Ensino Médio para mulheres trabalhadoras rurais. Uma

representação de mulheres agricultoras marcou participação na I Conferência Latino Americana de Mulheres de organização do campo e II congresso de Organizações do Campo – CLOC.

Em 1998, o lema que norteou os trabalhos foi: *"Unidas contra o neoliberalismo por justiça, saúde e igualdade"*. O MMA/SC realizou a 7ª assembléia estadual: lema - *"Mulher, beleza, garra e vida, nova sociedade sendo construída."* reafirmou a luta por uma agricultura agroecológica.



VII Assembléia Estadual

Ações diferenciadas marcaram a luta das mulheres neste ano.. Foi realizado o seminário em preparação ao 8 de março em 15 regionais, tratando basicamente a temática sobre saúde.

Em 8/3 aconteceu uma mobilização que reuniu 15.000 pessoas em Nova Itaberaba, berço do MMA. Dessa mobilização partiram caravanas das agricultoras a Brasília e Florianópolis pela aprovação da Projeto de Emenda Constitucional 169/93 e entrega de abaixo-assinado.

Em 28/5 – As mulheres realizaram audiência com a Secretaria da Saúde do estado de Santa Catarina em Chapecó.

O Movimento realizou Seminário de Formação com conselheiros e conselheiras de saúde.

Discussão nos municípios da criação de cursos de educação de Ensino Fundamental e Médio.

Preparação para a VII Assembléia Estadual e realização das assembléias municipais. Nos municípios de Irati e Quilombo, em 12/8, as mulheres participaram da Marcha em conjunto com movimentos do campo contra a violência no campo e pela reforma agrária

Em 1999, o MMA participou da "*Marcha nacional a Brasília*" e participação com 6 ônibus de mulheres na 1ª assembléia nacional da consulta popular. No estado de Santa Catarina foram realizados festivais regionais da canção e de poesia, seminários regionais de saúde.

O ano de 2000 marcou o dia 8 de março com o "*Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais*" em Brasília, com o qual, através da luta e pressão das agricultoras, conseguiram retirar do Congresso Nacional o projeto de reforma da previdência.

Intensificou-se o debate sobre agricultura agroecológica, através de seminários regionais sobre a produção de alimentos.

As mulheres coordenaram e participaram da campanha de plebiscito contra o pagamento da dívida externa. Teve continuidade os trabalhos das oficinas regionais sobre DSTs e AIDS.

Em 2001 houve grande participação das mulheres no 1º Fórum Social Mundial em Porto Alegre – RS. No dia 8 de março, aconteceu um grande acampamento estadual de mulheres trabalhadoras rurais em Florianópolis. Aconteceram várias audiências reivindicando direito à saúde, agricultura, crédito para as mulheres, reforma agrária e educação. Participaram de manifestação contra os transgênicos e privatizações.

Realizaram assembléias municipais e regionais e a 8ª assembléia estadual em Concórdia-SC, com o lema "*Filhas da terra na construção de um projeto novo.*"

O MMA deliberou, a partir das necessidades, o início das experiências concretas de agricultura agroecológica, bem como definiu novo programa de formação para dirigentes.

Em 2002, as lutas foram marcadas por: atos regionais e panfletagem, denunciando o modelo de agricultura química e os transgênicos em 8 de março. Organização de oficinas regionais de produção, recuperação e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças. Participação na disputa eleitoral que elegeu o primeiro presidente que tem sua origem na luta popular. Pesquisa sobre a violência praticada contra as mulheres agricultoras em 14 municípios, abrangendo todas as regionais do estado. Continuidade na coordenação dos debates pelo plebiscito contra a ALCA e Base de Alcântara. Participação no 2º Fórum Social Mundial em Porto Alegre – RS, onde o MMA apresentou o Projeto de Produção, recuperação e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças. Continuidade no programa de formação para dirigentes.

Em 2003, o Movimento participou no 3º Fórum Social Mundial em Porto Alegre – RS. Em 8 de março realizaram uma grande mobilização estadual no município de Curitiba – SC, cujo caráter nacional se definiu por ser contra a guerra e contra o modelo agrícola neoliberal. Foram apresentadas as experiências na produção de sementes crioulas de hortaliças no seminário estadual em Curitiba.

O Movimento apresentou ao governo federal sua proposta de reforma da previdência e, para este ano, conquistam o PRONAF – Programa Nacional de Recursos para Agricultura Familiar, mulher nas linha C e D.

Teve continuidade o processo de formação com o 1º curso estadual das jovens do MMA/SC.

Realizaram vários seminários regionais, apresentando o resultado da pesquisa sobre violência contra a mulher agricultora.

Organizaram oficinas municipais de produção de sementes crioulas de hortaliças e oficinas regionais de reeducação alimentar e saúde.

Desenvolveram o mutirão dos 20 anos no MMA-SC com trabalho de base nos municípios, discutindo a necessidade de unificação das lutas das mulheres e criação de um movimento autônomo único no Brasil. Em agosto, aconteceram os encontros regionais dos 20 anos de Movimento.

A partir de 8/3/2004, o MMA/SC passou a fazer parte do Movimento MMC, *Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil*. Houve todo um processo de debate e de organização, construindo com as bases este novo caráter do movimento, que culminou e foi aprovado no estado por ocasião da IXª Assembléia Estadual, realizada nos dias 20, 21 e 22 de novembro de 2004, no município de Itapiranga - SC. Este contou com a presença de mais de 700 mulheres agricultoras/camponesas vindas de 74 municípios, organizadas em 14 regionais. As agricultoras reconhecem o momento de crise vivido por toda a Classe Trabalhadora e que o modelo capitalista neoliberal/patriarcal reforça a exclusão de classe e a discriminação de gênero.



IX Assembléia Estadual. Momento de Concentração – Itapiranga -SC, 2005.

Este momento foi marcado também pela rediscussão e o aprofundamento teórico de alguns temas como o conceito de camponês, que vinha perdendo espaço político para o conceito de

agricultura familiar e que passou a ser vivido com intensidade pelas mulheres camponesas, visto que são elas as primeiras a lidarem com a produção do alimento.

Foram lembrados os 21 anos de história, de organização e luta pela libertação da mulher, nos quais o MMC/SC sempre buscou formas de preservar valores e princípios de vida, justiça e fidelidade na luta pela construção da nova sociedade – socialista.

Através da Carta da IX Assembléia Estadual, o Movimento deliberou que:

Somos o MMC/SC, pois compreendemos que, camponesas são todas aquelas mulheres que de uma ou de outra forma, produzem comida, são agricultoras, pequenas proprietárias, catadoras de pinhão, pescadoras artesanais, seringueiras, entre outras. Avançamos em nossas experiências de lutas nos Estados e gradativamente viemos construindo uma unidade nacional que hoje se expressa em nossa ferramenta de luta que é o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil.

Nossa IX Assembléia Estadual de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina aconteceu num momento histórico importante para a luta de libertação das mulheres camponesas, pois neste ano consolidamos o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil – MMC/Brasil. Brasília 08/03/2004 – I Congresso Nacional do MMC/Brasil!

Através do movimento aprendemos que nós mulheres descobrimos a agricultura e somos as guardiãs das sementes crioulas. Esta sabedoria, encontra sua referência na construção de um Projeto Popular de Agricultura, a agroecologia. Este aprendizado trouxe para nossos grupos de base, a certeza de que é possível construir novas relações entre os seres humanos e destes com a terra, com a água e com a natureza. O modelo de agricultura química, agronegócio, não serve para nós.

Nosso caráter, enquanto movimento, continua sendo: autônomo, democrático e popular, de classe, de luta, socialista e construtor de novas relações de igualdade.

Avaliamos nossa ação na sociedade. Reconhecemos a importância de nossa luta, entretanto percebemos que temos muitos desafios a assumir:

Aprofundar nosso trabalho através da organização de base, da formação, das lutas de gênero e classe, reanimando nosso espírito de resistência, garra e coragem.

Dar continuidade à luta para consolidar o Projeto Popular de

Agricultura Agroecológica. Reafirmamos a continuidade das práticas de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças e a luta pelo crédito especial para as mulheres

·Assumir as bandeiras de luta pela saúde, pelos direitos, contra a violência e as lutas gerais da Classe trabalhadora contra o modelo neoliberal.

·Trabalhar para que cada vez mais possamos conquistar nossa autonomia, organizando as finanças de nosso movimento.

É bom salientar que o termo camponês adquire significado neste trabalho, primeiro, porque está em debate a perspectiva de construção de um projeto agroecológico de agricultura camponesa a partir da mulher camponesa e da família camponesa.

Da mesma forma, porque o movimento de mulheres neste momento se assume nacionalmente, como Movimento de Mulheres Camponesas, aglutinando forças que unificam as lutas políticas organizativas das mulheres do campo como identificação social. As mulheres entendem que, na perspectiva das lutas e concepções dos movimentos da Via Campesina, a delimitação conceitual de campesinato é um exercício político. A história e a teoria são elementos importantes para uma maior compreensão. Da primeira, demarcamos sua natureza e da segunda as diversas interpretações a respeito de sua existência e perspectivas. Assim, do ponto de vista teórico, “o conceito de camponês ainda tem pertinência como fio condutor para pensar as mudanças em curso nas pequenas comunidades, bem como para compreender os grupos sociais tradicionalmente excluídos na sociedade rural, como as mulheres e os jovens” (STROPASOLAS, 2002, p.10 ).

Em 2005, o fortalecimento da luta em defesa da vida e da transformação social foram temas que nortearam as atividades.

Nos dias 7 e 8 de março, o MMC realizou mobilizações nas regionais, entre elas, destaca-se a regional de São Miguel D'Oeste, Chapecó e São Joaquim. Realizaram caminhadas e atos públicos. As mulheres apresentaram sua pauta de reivindicação aos ministros Amir Lando, da Previdência Social, e Miguel Rosseto, do Desenvolvimento Agrário, e ao governador do estado Luiz Henrique

da Silveira. No dia 7 pela manhã, caravanas de diversos municípios da região oeste de SC se encontraram no trevo que dá acesso a Chapecó. Outras caravanas foram para São Miguel do Oeste. As mulheres fecharam a rodovia em Chapecó por 15 minutos e em seguida se dirigiram para a praça central, onde foi montado o acampamento.

Em São Miguel, a concentração também foi na praça da cidade. À tarde, as trabalhadoras rurais caminharam até o prédio da Previdência Social, onde o representante da instituição recebeu as reivindicações de ampliação dos direitos sociais e enviou a pauta ao ministro da Previdência.

Um novo Projeto Popular de Agricultura Camponesa e encaminhamentos imediatos para resolver o problema da estiagem que afeta a região há dois meses foram as reivindicações da mobilização no dia 8. A pauta foi entregue na Secretaria Regional do governo estadual, na unidade avançada do Incra e no Banco do Brasil.

O Movimento de mulheres Camponesas do Brasil - MMC promoveu uma série de atividades, marcando a passagem do Dia Internacional da Mulher. Mais de 20 mil mulheres estiveram reunidas, realizando marchas nas capitais e cidades, panfletagens, atos públicos com governos locais e órgãos do governo federal - Ibama, INSS, Incra - , protestos em frente à multinacionais - Bunge e várias audiências federais e estaduais, ligadas à pauta de reivindicações do MMC - Brasil. Intercalando estas mobilizações, as mulheres camponesas estudaram temas como: agronegócio, agricultura ecológica, saúde, previdência...." As atividades promovidas pelo MMC-Brasil foram realizadas na segunda-feira e na terça-feira, dia 8 de março, nos estados de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Alagoas, Acre, Rondônia, Maranhão, Pará, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Paraná, Minas Gerais, Sergipe, Paraíba, Tocantins, Amazonas, Bahia, Roraima, Mato Grosso e Goiás. As famílias camponesas, especialmente as mulheres, são as grandes responsáveis pela produção de comida no Brasil.



Uma comissão de dirigentes do MMC realizou audiências em Brasília-DF, apresentando a pauta de reivindicações das mulheres ao governo federal. Na segunda-feira (7), aconteceu a audiência no Ministério da Previdência Social. Na terça-feira (8), foram realizadas audiências com Luiz Dulce, Secretário Geral da Presidência da República e com Humberto Costa, Ministro da Saúde.

A comissão de mulheres permaneceu na capital federal onde realizou, no dia 9/3, audiências no Ministério do Desenvolvimento Agrário, com Nilcéia Freire, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres e com um grupo interministerial que discutiu os problemas oriundos da seca na região sul." O MMC Brasil também participou das atividades promovidas pela Marcha Mundial das Mulheres, em São Paulo, onde aconteceu o lançamento da Carta Mundial das Mulheres à Humanidade. Representado por 45 mulheres da região sul, o MMC realizou o lançamento da carta em todas as mobilizações deste dia 8 de março. No dia 12 de março aconteceu um ato público em Porto Xavier, na divisa entre o Brasil e a Argentina. Neste dia, as camponesas brasileiras fizeram a entrega simbólica da carta e da colcha de retalhos que começou a ser confeccionada em São Paulo que receberá a contribuição de mulheres de todo o mundo.

A partir de 2005, as ações e atividades realizadas pelo MMC/SC são planejadas em nível nacional e executadas nos estados, tendo em vista as diferentes realidades.

Em Santa Catarina, intensificou-se o trabalho na formação e educação das jovens camponesas. A educação formal passou a ser incorporada pelo MMC como uma das Bandeiras de Luta. Criou-se coletivos de trabalho com expressão em temáticas como: Violência, Projeto Popular de Agricultura e sementes crioulas, Saúde, Formação/educação, equipe de elaboração e proposição do MMC.

No ano de 2006, nos dias 24 e 25 de janeiro de 2006, o Movimento de Mulheres Camponesas - MMC realizou em Chapecó, Santa Catarina, um seminário sobre Biodiversidade e Sementes Crioulas. O evento reuniu cerca de 150 participantes procedentes

dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, em março em Curitiba. Além de mulheres camponesas, participaram também representantes de outros movimentos sociais ligados à Via Campesina, como o MST-Movimento Sem Terras, o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens e o MPA - Movimento de Pequenas Agricultores.

Ao longo dos 24 anos de existência do MMC/SC, é possível verificar que, como movimento social, sua característica se dá na articulação constante de luta pelos direitos, luta de resistência e mais recentemente na luta de enfrentamento ao modelo de sociedade capitalista e patriarcal.

Este processo pode ser pesquisado/estudado através do acervo deste movimento, disponível no CEOM e na sede do próprio movimento em Chapecó-SC.

## **Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um movimento de massa, de caráter sindical, popular e político e que luta pelo direito da terra, Reforma Agrária e mudanças na sociedade. Dito de outra forma, é um Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é movimento político-social brasileiro que visa não apenas a realização da reforma agrária, mas luta pela transformação da sociedade.

Teve origem na oposição ao modelo de reforma agrária imposto pelo regime militar, principalmente nos anos 1970, que priorizava a colonização de terras devolutas em regiões remotas, com objetivo de exportação de excedentes populacionais e integração estratégica.

Contrariamente a este modelo, o MST busca redistribuição de terras. O movimento foi se constituindo e teve origem nas articulações das lutas pela terra nos estados do sul do país. Em algumas regiões, ficaram as marcas de uma história de lutas. Entre elas podemos destacar:

Aspectos da construção histórica do Movimento de Mulheres Camponesas  
e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em Santa Catarina -  
Elison Antonio Paim/ Sirlei Antoninha Kroth Gasaretto

Em 7 de outubro de 1979, agricultores sem terra do Rio Grande do Sul ocuparam a gleba Macalli, em Ronda Alta, Rio Grande do Sul.

Em 1980, em Santa Catarina, 300 famílias conquistaram a Fazenda Burro-Branco. Neste mesmo período, em São Paulo, Andradina, 400 famílias ocuparam a Fazenda Primavera;



Fazenda Burro Branco, Campo Erê, 1980.



Fazenda Burro Branco,  
Campo Erê, 1980.



25/02/1980. São Paulo.

Neste ano de 1980, o MST realizou seu Encontro Nacional em São Paulo, reunindo sem terra de todo o Brasil

Em 1981, no Rio Grande do Sul, 700 famílias acamparam em Encruzilhada Natalino município de Ronda Alta;

No ano de 1983, em Nova Ronda Alta, RS, os sem terra do Sul comemoraram a conquista da terra.



3/12/1983 – Nova Ronda Alta, RS

Em 1984, através da Comissão Pastoral da Terra e movimento sindical, iniciou, em Santa Catarina, a organização do MST. Em 25 de julho daquele ano, foi realizada a primeira manifestação pública em frente à sede do INCRA de Chapecó. Foi encaminhado um levantamento dos latifúndios improdutivos, possíveis de desapropriação. Já no final do ano ocorreu o primeiro Encontro Estadual, em preparação ao I Congresso Nacional, que aconteceu em Curitiba, em janeiro de 1985.

Em 1984, em Cascavel - PR, o MST foi fundado oficialmente. No ano seguinte -1985, já organizado nacionalmente, aconteceu o 1º Congresso Nacional dos Sem Terra.

Trata-se de uma história que começou no final de 1970, em plena ditadura militar. O país vivia em clima de "milagre brasileiro". Período caracterizado pelo desemprego, fome e migração dos camponeses para as cidades. O processo de mecanização da agricultura imposta pelos governos militares resultou na expulsão de assalariados, arrendatários e parceiros do campo.

De acordo com relatos de membros do MST: havia camponeses que acreditavam que podiam se organizar e resistir trabalhando na terra. (Cf. dados da secretaria MST/SC) nos dias 21 a 24 de janeiro foi realizado o primeiro Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com representantes de 12 estados;

O 1º Congresso Nacional, ocorrido nos dias 29 a 31 de janeiro de 1985, em Curitiba, Paraná, contou com a presença e participação de 1500 delegados, representando 23 estados brasileiros.

Neste congresso, foi tomada uma decisão política que define as ocupações como "*forma de luta mais eficiente em defesa da Reforma Agrária*". A palavra de Ordem "*Reforma Agrária na lei ou na Marra*"; e "*Sem Reforma Agrária não há democracia*" se espalha pelos estados brasileiros, como motivação para a luta pela terra.

A partir do retorno deste Congresso, intensifica-se a luta pela Reforma Agrária no oeste de Santa Catarina, com a ocupação dos latifúndios. Em 25 de maio de 1985, ocorreram as grandes ocupações

em Abelardo Luz e na região de São Miguel D'Oeste. Eram 2000 famílias vindas de todos os cantos do Oeste. Todos com um único objetivo, conquistar a terra para nela trabalhar. Um verdadeiro palco de lutas: De um lado a imprensa, os latifundiários ... Do outro lado, as comunidades dos sem terra, a igreja, sindicatos e outras organizações populares.

Iniciam-se as negociações com o Governo do Estado e INCRA. Em 30 de maio de 1985, continuaram as ocupações de áreas em Abelardo Luz. Em 3 de junho foi firmado, então, o primeiro acordo em que o governo e INCRA que se comprometiam, dentro de 120 dias, assentar 2000 famílias.



Negociação com INCRA, Brasília, junho de 1985

Em 2 de setembro de 1985, pela primeira vez na história de Santa Catarina, os sem terra ocuparam a Superintendência Estadual do INCRA.

Em novembro de 1995, cerca de 820 famílias, no município de Passos Maia, região Oeste do Estado, ocupam novas áreas.



Fazenda Boqueirão. Passos Maia, 1996

Realizaram o I Congresso Infantil Nacional, no qual, participaram 125 crianças dos assentamentos e acampamentos de Santa Catarina.

O MST de Santa Catarina participou do III Congresso Nacional que contou com 5000 delegados, representantes de todos os Estados da Federação em que o MST está organizado.

Em Santa Catarina, neste mesmo ano, desenvolveram-se intensamente as discussões em torno da necessidade de agroindustrialização, como proposta de viabilidade econômica e como forma de enfrentar a força das grandes agroindústrias.

Em 1986, passaram a integrar o movimento nacional, os estados do Nordeste e, em 1987, aconteceu a primeira ocupação da região Nordeste. Na fazenda projeto 4045, em Alcobaça na Bahia.

No terceiro Encontro Nacional realizado em 1987, foi aprovada a bandeira do MST, e no II congresso realizado em Brasília em maio de 1990, foi aprovado o Hino do Movimento Sem Terra e a Palavra de Ordem escolhida foi: "*Ocupar, Resistir e produzir*". Por ocasião do III congresso nacional foi aprovada a palavra de ordem "*Reforma Agrária uma Luta de Todos*".



Acampamento Volta Grande, Abelardo Luz, 1987

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra define-se como um movimento aberto a todos os trabalhadores, independente de raça, credo, religião, filiação partidária ou outras características culturais e regionais, podendo ingressar e pertencer ao movimento, desde que respeite os princípios e normas do movimento.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem como base a articulação para a luta pela terra, pois afirma não acreditar que o governo, o estado ou as classes dominantes vão fazer a reforma agrária por iniciativa própria. Portanto, o trabalhador deve se organizar e lutar para conquistar a Reforma Agrária, sem cair em ilusões de esperar por soluções milagrosas há tantos anos prometidas.

Durante o processo histórico do MST, lutas semelhantes foram acontecendo nos demais estados do Sul, em Mato Grosso e em São Paulo. Em cada Estado surgiram ocupações de trabalhadores rurais.

Parcelas significativas da sociedade brasileira, foram, no decorrer das lutas sociais, aderindo às propostas e às ocupações dos sem terra que se transformaram em manifestações pela volta da democracia em todo o país.



Aos poucos, o MST foi entendendo que conquistar a terra é importante, mas não basta. É preciso conquistar também crédito, moradia, assistência técnica, escolas, atendimento à saúde e outras necessidades da família sem terra, também precisam ser supridas.

Gradativamente, este movimento descobriu que a luta não é apenas contra o latifúndio, mas contra o modelo econômico neoliberal.

Assim, foram organizados acampamentos, ocupações de fazendas, sedes de organismos públicos e de multinacionais, marchas, greves de fome e outras ações políticas.



Ocupação do INCRA, Chapecó, 1995

De acordo com a concepção dos Movimentos Sociais Camponeses, a conquista dos direitos, como forma de sobrevivência no campo, passa necessariamente pela luta, que se expressa nas diferentes formas de pressão. Entre elas, destaca-se a ocupação de prédios públicos, para dialogar diretamente com os responsáveis pelas políticas públicas, bem como a viabilização da Reforma Agrária.



Marcha por Emprego, Justiça e Reforma agrária, atividades em Florianópolis, 1999.

Eventos como a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária, partiu de diversos estados e chegou a Brasília em 17 de abril de 1997 - um ano após o massacre de 19 trabalhadores em Eldorado dos Carajás.

Em agosto do ano 2000, realizou-se o 4º Congresso Nacional também em Brasília, com a participação de 11 mil sem terra, marcando a memória de luta do MST.

Atualmente, o MST atua em 23 estados, envolvendo mais de 1,5 milhão de pessoas. Cerca de 350 mil famílias foram assentadas através desta luta; em torno de 80 mil vivem em acampamentos.

Existem hoje cerca de 400 associações de produção, comercialização e serviços. São 49 Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), com 2299 famílias associadas; 32 Cooperativas de Prestação de Serviços com 11.174 sócios diretos; duas Cooperativas Regionais de Comercialização e três Cooperativas de Crédito com 6521 associados.

São 96 pequenas e médias agroindústrias que processam frutas, hortaliças, leite e derivados, grãos, café, carnes e doces. Tais empreendimentos econômicos do MST geram emprego, renda e

impostos, beneficiando indiretamente cerca de 700 pequenos municípios do interior do Brasil.

Aliada à produção está a educação: cerca de 160 mil crianças estudam da 1ª a 4ª série nas 1800 escolas públicas dos assentamentos. São cerca de 3900 educadoras/es pagos pelos municípios e desenvolvendo uma pedagogia específica para as escolas do campo.



Alfabetização Abelardo Luz, 1998

Em conjunto com a UNESCO e mais de 50 universidades, o MST desenvolve programa de alfabetização com aproximadamente 19 mil jovens e adultos nos assentamentos.

A Unochapecó vem desenvolvendo, em parceria com o INCRA e o MST, desde 2000, um programa de alfabetização e escolarização de acampados e assentados do MST, o PRONERA.

O PRONERA é um programa nacional de educação de jovens e adultos desenvolvido pelo INCRA em convênio com Universidades Brasileiras e parceria com o Movimento dos Sem Terras - MST. Este programa existe graças às lutas e reivindicações do MST, o qual possui o entendimento que, não basta conquistar a terra, é preciso nela permanecer e produzir. Dentre as muitas condições destaca-se a educação de jovens e adultos. O Projeto apresentou, como objetivo, desenvolver um processo de Educação

de Jovens e Adultos nos assentamentos situados no estado de Santa Catarina que possibilite uma leitura crítica de mundo e uma conseqüente intervenção à melhoria da qualidade de vida no meio rural.

A UNOESC, através dos campi de Chapecó e Videira, em conjunto com o MST, elaborou um projeto solicitando verbas ao INCRA para a alfabetização e escolarização de dois mil e duzentos jovens e adultos distribuídos em dois pólos. Um com sede em Videira e outro em Chapecó. Nestes pólos foram organizadas 120 turmas de alfabetização e escolarização, assim distribuídos:

Na Região Extremo Oeste encontram-se 14 assentamentos, num total aproximado de 520 famílias onde se efetivarão 10 turmas de alfabetização; na Oeste I 18 assentamentos, 1200 famílias e 25 turmas; na Oeste II 12 assentamentos, 500 famílias e 15 turmas; no Planalto Central 11 assentamentos, 500 famílias e 15 turmas; no Planalto Norte 15 assentamentos, 760 famílias e 15 turmas, na Norte 13 assentamentos, 250 famílias e 15 turmas<sup>1</sup>.

O projeto contou com diferentes sujeitos: Os **alfabetizandos**, assentados e acampados do MST; os **monitores**, membros do MST, escolhidos dentre lideranças ou integrantes do movimento e que, possuísem uma escolarização mínima<sup>2</sup> que pudessem realizar o trabalho de alfabetização e escolarização; os **coordenadores locais**, também membros do MST, que coordenaram as atividades em um número determinado de assentamentos e acampamentos; os **bolsistas**, universitários com a função de assessorar os coordenadores locais e monitores para o preparo das atividades e acompanhamento das atividades em "sala de aula"<sup>3</sup>; Os **professores**, com a função de preparar os monitores, quer com conteúdos ou metodologicamente para a alfabetização; uma **coordenação geral** composta por representantes do INCRA, da UNOESC e MST. Assim, a metodologia foi pensada para que:

As atividades de capacitação serão desenvolvidas com os monitores, sendo que em seguida estes desenvolverão

atividades com os jovens e adultos dentro dos assentamentos do MST, contando com o apoio de: professores universitários, coordenadores, alunos universitários e da comunidade dos assentamentos do MST. Os monitores terão como suporte de capacitação, professores da UNOESC qualificados nas áreas afins, os quais desenvolverão as atividades teóricas e práticas, sendo que esta proposta visa desenvolver simultaneamente a capacitação dos monitores e o processo de alfabetização nos assentamentos do MST (PROJETO DO PRONERA UNOESC, 1999).

A proposta previa como etapas para concretização do projeto:

1-definição da proposta educacional com a UNOESC, INCRA e MST; 2- Seleção de monitores nos dois pólos: Região de Chapecó e Região de Videira; 3- Diagnóstico dos desescolarizados junto aos assentamentos do MST; 4- Reuniões com as 12 coordenações locais; 5- Capacitação e escolarização dos monitores: Observações: - carga horária de 1200 horas presenciais será distribuída em 25 horas semanais durante um ano ou 52 semanas; - As oficinas e atividades pedagógicas complementares serão realizadas durante os encontros semanais; 6 – Letramento de jovens e adultos (PROJETO DO PRONERA UNOESC , 1999).

Embora fosse um projeto único, os dois pólos andaram de forma autônoma quanto à condução e organização das atividades.

Nesse momento, lembramos a experiência desenvolvida pelo pólo de Chapecó, especialmente junto aos monitores quando então trabalhamos como coordenadora ( Sirlei) e com a disciplina de Estudos Sociais (Elison). Os monitores vinham para Chapecó, onde ficavam durante 15 dias por mês participando das aulas de Estudos Sociais, Ciências, Matemática, Português, Alfabetização, Artes e algumas disciplinas complementares como Espanhol, Introdução à Informática e Economia Agrícola, depois retornavam para seus locais e trabalhavam durante 15 dias com os alfabetizando. O projeto foi estruturado em 14 etapas de capacitação e escolarização.<sup>4</sup>

Metodologicamente procuramos seguir os ensinamentos de Paulo Freire. Buscávamos sempre partir daquilo que é conhecido pelo estudante, daquilo que ele já sabe para superar o grau de

conhecimento em que está para construir novos conhecimentos, ou como propôs:

(...) é um trabalho pedagógico que, a partir do conhecimento que o aluno traz, que é uma expressão da classe social á qual os educandos pertencem, haja uma superação do mesmo, não no sentido de anular esse conhecimento ou de sobrepor um conhecimento a outro. O que se propõe é que o conhecimento com o qual se trabalha na escola seja relevante e significativo para a formação do educando (FREIRE, 1991, P.83).

Lembramos ainda que o convênio desenvolveu-se por mais duas vezes, um está em andamento e outro já concluído. Agora a UNOCHAPECÓ organizou uma estrutura própria para a realização desse convênio com a contratação de uma funcionária específica para atuar como coordenadora do PRONERA.

Estão em andamento, em Universidades de sete Estados - PA, PB, SE, ES, MT, MS e RS, cursos de Pedagogia e Magistério para formar novos educadores/as. Há também a formação de técnicos em administração de assentamentos, cooperativas e em magistério para colaborar com o trabalho desenvolvido nos assentamentos através da Escola Técnica Josué de Castro, em Veranópolis (RS).

Em 2001, iniciou-se também o curso técnico em Enfermagem e em 2002, o curso em nível médio para militantes do setor de Comunicação.

Com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, o movimento desenvolve um Programa de Educação Ambiental para lideranças, professores e técnicos de áreas de assentamentos. Junto com o fotógrafo Sebastião Salgado estão construindo uma escola técnica ambientalista no município de Aimorés - MG.

Pela necessidade de preservar o meio ambiente, as famílias Sem Terra lançaram, em setembro de 1999, as sementes Bionatura, produzidas sem a utilização de nenhum tipo de agrotóxico ou insumo químico. Há, ainda, diversas experiências de preservação de mata, como no Pontal do Paranapanema - SP, e a produção de ervas medicinais.

Em solidariedade aos povos que sofreram com desastres naturais, o MST enviou sementes à Venezuela e Cuba.

Em parceria com o governo cubano, 48 militantes do MST cursam medicina na Escola Latino Americana de Medicina, em Cuba.

Em 4 fevereiro de 2002, participando da abertura da Campanha Continental contra a ALCA, o MST, iniciou uma marcha que contou com a participação de mais de 50 mil pessoas durante o Fórum Social Mundial. A marcha foi organizada pela Via Campesina - organização camponesa internacional - em sintonia com a Via Campesina no Brasil - composta por diversos movimentos sociais do campo.

A campanha organizada nacionalmente por diversas entidades, movimentos e pastorais sociais da igreja, do campo e da cidade, teve seu auge durante o Plebiscito Nacional sobre a ALCA, no qual mais de 10 milhões de pessoas disseram três vezes não ao projeto norte-americano de dominação das Américas.

Consolidando o caráter internacionalista de solidariedade aos povos oprimidos, três membros da Via Campesina - entre eles um do MST - passaram três semanas sitiados dentro do quartel general de Yasser Arafat na Palestina. No Brasil, as famílias trabalhadoras sem terra promovem diversos atos junto à comunidade palestina, pedindo a paz e o fim dos ataques de Israel. Como expressão da solidariedade 100 bolas de futebol produzidas pelo MST foram entregues às crianças palestinas.

O MST não está isolado na luta por um Brasil e uma América Latina livres. Além de estar em sintonia com diversos movimentos do campo e da cidade no País, o MST sempre teve contato com movimentos e países que abraçam a mesma causa. É o caso de Cuba, na qual aprende-se os ensinamentos das grandes lições sobre cooperativismo.

Juntamente com todos os movimentos camponeses da América Latina, o MST faz parte da CLOC - Coordenadora Latino-Americana de Organizações Camponesas, organizada a partir de

1992, com as comemorações/protesto dos 500 anos da invasão da América Latina.

O MST, em parceria com a UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, promoveu a Semana Nacional de Cultura, de 18 a 24 de março de 2002, no Rio de Janeiro. O músico Uruguaio, Daniel Viglietti, conhecido como cantor de protesto e autor da música "A desalambar" se apresentou na noite de homenagem à América Latina. Foram dias de debates sobre cultura, agricultura e apresentações culturais, enfatizando a riqueza do povo brasileiro. Acampados e assentados do Brasil todo participaram e mostraram os frutos da Reforma Agrária.

Em 1996, efetivamente implantaram a proposta de agroindustrialização. São duas unidades de beneficiamento de leite em assentamentos, com capacidade de 1200 litros de leite por dia, sendo a produção toda vendida no mercado regional. Iniciou-se o processo de industrialização de erva-mate e fubá e empacotamento de grãos, como feijão e arroz.



Inauguração da micro-usina de leite de São José do Cedro, 1996





Inauguração da micro-usina de leite de São José do Cedro, 1996

Atualmente, são 5.000 famílias assentadas em 125 assentamentos distribuídos em 46 municípios do estado de Santa Catarina.

### **Produções sobre MST e MMC catalogadas no acervo do CEOM**

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC):

BIANCHI, Jaime; ZANINI, Rogério L. **Relatório de estágio: A importância do movimento de mulheres agricultoras e sua construção para toda classe trabalhadora.** Unoesc, 2000.

CASAGRANDE, Jacir L. **Movimentos Sociais do campo: mulheres agricultoras em Santa Catarina.** Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 1991.

FERRARI, Márcia. **Representação simbólica do movimento de mulheres agricultoras de Santa Catarina.** Trabalho de Conclusão

de Curso, História, Unochapecó, 2003.

TONELLO, Ademir. **O movimento de mulheres agricultoras de Santa Catarina 1983-1995**. Monografia de Especialização, História Regional, UNOESC-Chapecó, 1999.

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST):

ABATTI, Maria, B. **L.A questão agrária em Abelardo Luz**. Monografia de Especialização, História Regional, UNOESC-Chapecó, 2000.

ANDRADE, Mayley O.; OLIVEIRA, Josiane R. **Organização e vida no assentamento Santa Rosa I, município de Abelardo do Luz**. Trabalho de Conclusão de Curso, História, Unoesc-Chapecó, 1992.

CADATEN, Noeli; SCHNEIDER, Maria K. **Educação no assentamento 29 de Outubro**. Trabalho de Conclusão de Curso

CECHETTI, Angela M. de L; SCHEREGELE, Marli. **Trabalhos, Lutas e Sonhos: experiências e solidariedade de homens e mulheres no processo (RE) Assentamento**. Trabalho de Conclusão de Curso, História, Unochapecó, 1999.

COCCO, Solange J. ; JORDAN, Odete **Histórico do Movimento Sem Terra do Oeste de Santa Catarina**, História, Unoesc-Chapecó, 1995.

CORADIN, Ana C. **A importância econômica dos assentamentos para o município de Abelardo Luz**. Trabalho de Conclusão de Curso, História, Unochapecó, 2003.

CORTE, Nélcio J. D. **A história da ocupação da Fazenda Burro Branco**. Monografia de Especialização, História, UNOESC-Chapecó, 1997.

FREYER, Dirce O.; TASCA, Olinda M. S. **História e memória e luta pela terra**. Trabalho de Conclusão de Curso, História, Unochapecó, 2000.

GALEAZZI, Hermes; MAZUTTI, Ernesta C. **Assentamento 29 de outubro**: uma caminhada de lutas e conquistas. Trabalho de Conclusão de Curso, História, Unoesc-Chapecó, 1996.

LAZZAROTTO, Márcia. **As mulheres do assentamento conquista na fronteira histórica de lutas e conquistas**. Trabalho de Conclusão de Curso, História, Unochapecó, 2003.

MATTOS, Claudete T. de; PIOVEZAN, Luiza U. **Assentamento conquista da fronteira**: uma história de luta com a participação da mulher. Trabalho de Conclusão de Curso, História, Unoesc-Chapecó, 1999.

PICCININI, Cleusa M.; STRADIOTTI, Maria S. M. **O processo de produção no assentamento 29 de outubro, em Trindade do Sul – RS, 1991 à 1995**. Trabalho de Conclusão de Curso, História, Unoesc-Chapecó, 1992.

Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), ano 18 n.º 3 dezembro/88 a março/89.

SARETTA, Leonilde M. **Organização e luta**: a conquista da terra no assentamento Rosário Romelândia, oeste de SC – 1980-1990. Trabalho de Conclusão de Curso, História, Unochapecó, 2000.

SCHWADE, Elisete. **A Luta não faz parte da vida ... e a vida**: projeto político religioso de uma assentamento no Oeste Catarinense. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 1993.

## **Referências Bibliográficas**

CASAGRANDE, Jacir Leonir. **Movimentos Sociais no Campo**. Mulheres Agricultoras em Santa Catarina. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 27a ed, 1999.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3a ed., 1994, p. 70.

LISBOA, Teresa Kleba. **A luta dos sem terra no Oeste Catarinense**. Florianópolis: Ed. da UFSC, Co-edição, 1988. 178 p.

MARCON, Telmo. **Acampamento Natalino**: história da luta pela reforma agrária. Passo Fundo: Ediupf, 1997. 241 p.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256p.

POLI, Odilon Luiz. **Aprendendo com as próprias pernas**: o processo de mobilização nos movimentos sociais do oeste catarinense. Dissertação de mestrado. UNICAMP Campinas, 1995, SP.

SADER, Eder. **Quando Novos Personages Entraram em Cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STRAPAZZON, João Paulo L.. **E o verbo se fez terra**: movimento dos trabalhadores rurais sem terra (SC) 1980-1990. Chapecó: Grifos, 1997. 109p.

SILVA, Cristiani Bereta da. **Homens e Mulheres em Movimento**: Relações de gênero e subjetividade no MST. Florianópolis: Momento Atual, 2004. 182p.

WILLIANS, Raymond. **O Campo e a Cidade**. Ed. Schwarcz LTDA:São Paulo,1989.ma Agrária (ABRA), ano 18 n.º 3 dezembro/88 a março/89.

## Notas

\* Coordenador Geral do Projeto. Doutor em Educação pela UNICAMP, Mestre em História Pela PUC-SP, Professor da UNOCHAPECÓ e responsável pelo CEOM.

\*\* Mestre em História pela PUC-SP. Pesquisadora do projeto.

<sup>1</sup> - **Projeto de alfabetização de jovens e adultos nos assentamentos**. As regionais apontadas na citação são referentes aos municípios de: **Extremo Oeste**, Anchieta, Bandeirantes, Campo Erê, Dionísio Cerqueira, Palma Sola, Paraíso, Romelândia, São José do Cedro; **Oeste I**, São Miguel do Oeste, Abelardo Luz, Coronel Martins, Ouro Verde; **Oeste II**, Água Doce, Catanduvas, Irani, Passos Maia, Ponte Serrada; **Planalto Central**, Campos Novos, Curitibaanos, Fraiburgo, Garuva, Lebon Regis, Vargem; **Planalto Norte**, Calmon, Caçador, Matos Costa, Timbó Grande; **Norte**, Canoinhas, Mafra, Monte Castelo, Araquari, Rio dos Cedros, Rio Negrinho e Santa Terezinha. O campus de Chapecó coordenou as regionais de Extremo Oeste, Oeste I, Oeste II.

<sup>2</sup> O grupo de monitores escolhidos pelo MST possuía diferentes níveis de escolaridade, alguns sem 5ª série, outros com sexta e sétima séries - estes ao final do projeto receberam um certificado de 1º grau. Outro grupo onde alguns possuíam o 1º grau completo, alguns segundo grau, sintetizando, era um grupo extremamente heterogêneo, que deveríamos capacitá-los para ser alfabetizadores.

<sup>3</sup> - Os locais onde ocorreram às aulas nem sempre foram salas de aula. Como as aulas foram nos assentamentos e acampamentos, elas aconteceram em casas particulares, embaixo de barracos de lona, em mangueiras, embaixo de árvores, galinheiros... também os horários de aula foram bastante diversos, em sábados, domingos, à noite onde existia iluminação elétrica, durante o dia, em dias alternados.

<sup>4</sup> - No início eram duas turmas mistas de monitores, posteriormente separamos uma turma que denominamos capacitação para aqueles monitores que já possuem o primeiro grau, na qual trabalhamos mais as questões metodológicas e, na turma de escolarização trabalhamos mais conteúdos, pois saíram com o certificado de escolaridade de 1º grau.